



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Visita ao Agrupamento de Escolas Leal da Câmara — Rio de Mouro

Grupo de Trabalho da Educação Especial

RELATÓRIO

02 de junho de 2015



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Objetivo da visita

Conhecer as respostas educativas, no ensino secundário, aos alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento da Portaria n.º 275-A/2012.

Programa

10h30 Visita e reunião de trabalho no Agrupamento de Escolas Leal da Câmara
Escola Secundária Leal da Câmara
Av. Pedro Nunes, n.º 1 - Rio de Mouro

Delegação da Assembleia da República

- Deputada Margarida Almeida - Coordenadora do GT
- Deputada Ana Sofia Bettencourt - PSD
- Deputado Carlos Enes - PS
- Deputada Inês Teotónio Pereira - CDS-PP
- Deputada Rita Rato - PCP
- Cristina Tavares - Assessora da Comissão

Delegação do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

- Diretor: Dr. Jorge Lemos
- Subdiretora: Dra. Lucinda Santos
- Associação de Pais - Sebastião Gaiolas, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e Ana Bela Urbano, Presidente da Direção
- Câmara Municipal de Sintra: Vice-Presidente Rui Pereira, Dra. Maria João (Direção Planeamento e Logística) e Dr. Frederico Bessa
- CERCITOP – Dra. Mafalda Rodrigues e Dra. Margarida
- Professores de Educação Especial
- Psicóloga



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Síntese da visita e reunião de trabalho

A Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, Deputada Margarida Almeida, agradeceu a disponibilidade para acolherem a delegação de Deputados da Assembleia da República e fez uma breve apresentação dos objetivos da visita, que visa, sobretudo, a avaliação da eficácia dos instrumentos legais em vigor, em particular da Portaria n.º 275-A/2012.

O Sr. Diretor do Agrupamento agradeceu a presença dos Deputados e efetuou, conjuntamente com os professores de Educação Especial, uma apresentação, que pode ser consultada na [página internet do Grupo de Trabalho](#). Para além da caracterização do Agrupamento, foi efetuada referência à oferta formativa, às respostas educativas no âmbito da Educação Especial, às parcerias, aos desafios face ao alargamento da escolaridade obrigatória, nomeadamente no que se refere aos alunos com necessidades educativas especiais e à aplicação da Portaria n.º 275-A/2012.

A Sra. Deputada Margarida Almeida considerou imprescindível o trabalho em rede, em particular no que diz respeito às áreas da Educação, Saúde e Segurança Social, e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se existe coadjuvação no 1.º ciclo e, relativamente aos alunos do secundário, perguntou se uma matriz sem distribuição de tempos resolveria o problema.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) agradeceu o acolhimento e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se as turmas sofrem redução do número de alunos quando integram alunos com necessidades educativas especiais, e pediu uma estimativa quanto ao número de alunos com necessidade de apoio, caso existissem condições para uma referenciação mais alargada. Referiu-se ainda às promessas do Governo de revogação da Portaria n.º 275-A/2012, que não se concretizaram, e disse temer que as alterações venham a ocorrer quando estiver já organizado o ano letivo. Terminou, saudando a escola pelo trabalho que desenvolve e, em especial, por ter encontrado respostas para ultrapassar os constrangimentos decorrentes da legislação.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) agradeceu a presença de todos e disse sair reforçada a ideia que tinha da escola e do trabalho ali desenvolvido. Saudou o trabalho que tem sido levado a cabo pela Câmara Municipal de Sintra e pelos técnicos da área da Educação, que considerou muito competentes, e terminou, referindo que a transferência de competências para as autarquias é, agora, efetuada de forma mais eficaz.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) cumprimentou os presentes e afirmou que o objetivo da visita foi amplamente atingido: os Deputados tiveram oportunidade de conhecer as respostas educativas, que considerou positivas, e que permitem ultrapassar o espartilho imposto pelo Ministério da Educação e Ciência. Defendeu ainda a necessidade de as escolas serem dotadas de mais meios, sublinhando que uma maior autonomia não permite ultrapassar todas as dificuldades.

Respondendo às questões, o Sr. Diretor esclareceu que está a ser desenvolvida uma estratégia de coadjuvação no 1.º ciclo, que prevê que se retirem algumas áreas disciplinares ao professor titular para apoio a outras áreas e permitindo que os alunos tenham contacto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

com outros professores. Referiu que existem no Agrupamento 33 turmas do 1.º ciclo, encontrando-se quase todas abrangidas pelo regime da coadjuvação, em função das necessidades. Acrescentou ainda que o Agrupamento conta com três professores contratados ao abrigo dos TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

Fez ainda alusão ao projeto de inclusão sócio profissional da pessoa com deficiência, da iniciativa da Câmara Municipal de Sintra, considerando que constitui uma mais valia na resposta aos jovens com necessidades especiais.

Sobre esta matéria, interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara, que fez uma breve apresentação do projeto, que surgiu da preocupação dos responsáveis da autarquia e da escola relativamente ao acompanhamento e transição destes jovens para a vida ativa. Referiu que o projeto tem tido uma boa adesão das empresas e também bons resultados, pelo que se pondera o seu alargamento a outros jovens e a criação de uma estrutura mais definitiva, para dar sequência ao trabalho desenvolvido. Esclareceu que, neste momento, integram o projeto 12 jovens e que a Câmara assegura a sua deslocação. Defendeu ainda que o setor público deveria dar o exemplo, prevendo também medidas de acolhimento.

A Dra. Maria João, do Departamento de Planeamento e Educação da Câmara Municipal de Sintra, concretizou que o projeto, que funciona em parceria com o movimento Pais em Rede, conta com três técnicos, que asseguram a colocação e o acompanhamento dos jovens, visando, sobretudo, facilitar e promover a sua inserção socio profissional e permitir-lhes experiências profissionais diferenciadas.

Os professores de Educação Especial referiram-se aos constrangimentos decorrentes da aplicação da Portaria n.º 275-A/2012 e afirmaram que a matriz sem distribuição de tempos resolveria o problema. Sublinharam ainda que recebem subsídio de educação especial cerca de 30 alunos do Agrupamento.

Os representantes da Associação de Pais defenderam o princípio da escola inclusiva e manifestaram a sua satisfação pela forma encontrada pela escola para dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais, em especial no ensino secundário, e que vai para além do estabelecido na Portaria. Referiram que se verificam carências, em termos materiais e humanos, e saudaram a Câmara pelo apoio na integração destes alunos. Terminaram, frisando que as acessibilidades à escola são deficientes e, por isso, motivo de preocupação para os pais.

As representantes da CERCITOP referiram-se à Portaria n.º 275-A/2012, lembrando que não estão previstas horas para estes alunos e que o formulário não contempla os alunos abrangidos. Afirmaram ainda que o apoio da CRITOP é manifestamente insuficiente, visto que tem atribuídas apenas 23 horas semanais para apoio a todos os alunos do Agrupamento.

A psicóloga do Agrupamento considerou que os recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação e Ciência são claramente insuficientes, lembrando que existe 1,5 psicólogos no Agrupamento, sem que haja possibilidade de dar continuidade ao trabalho. Fez ainda referência ao excesso de burocracia e ao facto de os alunos com Currículos Específicos Individuais não estarem protegidos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Margarida Almeida agradeceu a presença de todos, bem como os contributos que deixaram, e felicitou-os pelo trabalho que desenvolvem com os alunos.

A documentação da visita encontra-se disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de S. Bento, 23 de junho de 2015

A assessora da Comissão
Cristina Tavares